

**LEX**

Crise pressiona  
honorários  
dos advogados

Lex 32 e 33



SERVIÇOS JURÍDICOS

# Redução na procura pressiona honorários pagos a advogados

Empresas estão a ser mais selectivas no recurso a serviços externos. No caso das sociedades de advogados, estão mesmo a pedir orçamentos fixos antes de uma decisão

**JOÃO MALTEZ**  
jmaltez@negocios.pt

A maior dificuldade no acesso ao financiamento e o aumento da carga fiscal, ditada pelo Programa de Estabilidade e Crescimento, vão criar maiores dificuldades de tesouraria às empresas. Resultado: o recurso à assessoria externa, incluindo os serviços jurídicos, vai ser ainda mais selectivo. A perspectiva é avançada por alguns dos advogados ouvidos pelo **Negócios**, que admitem já uma pressão adicional sobre os honorários cobrados e uma dilatação dos prazos de pagamento dos serviços prestados.

“Há várias gamas de efeitos sobre os prestadores de serviços jurídicos. Desde logo, pelo lado da variável investimento, com a paralisação ou mesmo eliminação de projectos de investimento. Pelo lado da variável tesouraria, através da retracção em geral na aquisição de serviços externos, incluindo, naturalmente, os jurídicos, pela pressão sobre os honorários derivada desta rarefacção da procura, e ainda pela demora dos prazos de pagamento”, explica o advogado Luís M.S. Oliveira, sócio da Miranda.

Tiago Marreiros Moreira lembra, aliás, que a actividade dos prestadores de assessoria jurídica, estando dependente da actividade económica e dos investimentos realizados no território português ou a partir do mesmo, “não pode ser indiferente às dificuldades e comportamentos dos restantes agentes económicos”. Até por isso, este sócio da Vieira de Almeida e Associados (VdA) considera que “os prestadores de serviços de assessoria jurídica, à semelhança da generalidade dos empresários, terão de adaptar-se a esta nova realidade”, dotando-se de uma visão que possibilite “ver para além da crise”.

Sobretudo quando na actual conjuntura se tem verificado por parte

das empresas um “maior nível de exigência quanto ao retorno do investimento que fazem em serviços jurídicos”, sustenta António Raimundo, sócio da Albuquerque e Associados. O mesmo jurista clarifica: “As empresas têm revelado maior preocupação com o controlo e a previsibilidade de custos com tudo, e também, naturalmente, com honorários de advogados. Verifica-se, aliás, uma maior tendência para os clientes pedirem orçamentos fixos”.

**“Ajustar e ser prudente”**

César Sá Esteves, sócio da Sociedade Rebelo de Sousa, lembrou ao **Negócios** que para as empresas, desde há algum tempo a esta parte, a principal preocupação é a redução de custos em todas as vertentes, desde os custos directos com o pessoal, aos custos externos com consultores até à renegociação de margens. “Nós próprios, os advogados, também temos que nos ajustar e ser prudentes”, enfatiza Sá Esteves.

É também uma ideia partilhada comumente aquela que transmite João Costa Quinta, advogado da sociedade ABBC. Como recorda, a assessoria jurídica varia consoante o tipo de ciclo económico. Neste sentido, sustenta que o impacto das dificuldades económicas sentidas pelas empresas não se reflecte tanto no volume de serviços prestados, mas, sim, no tipo de serviços jurídicos prestados.

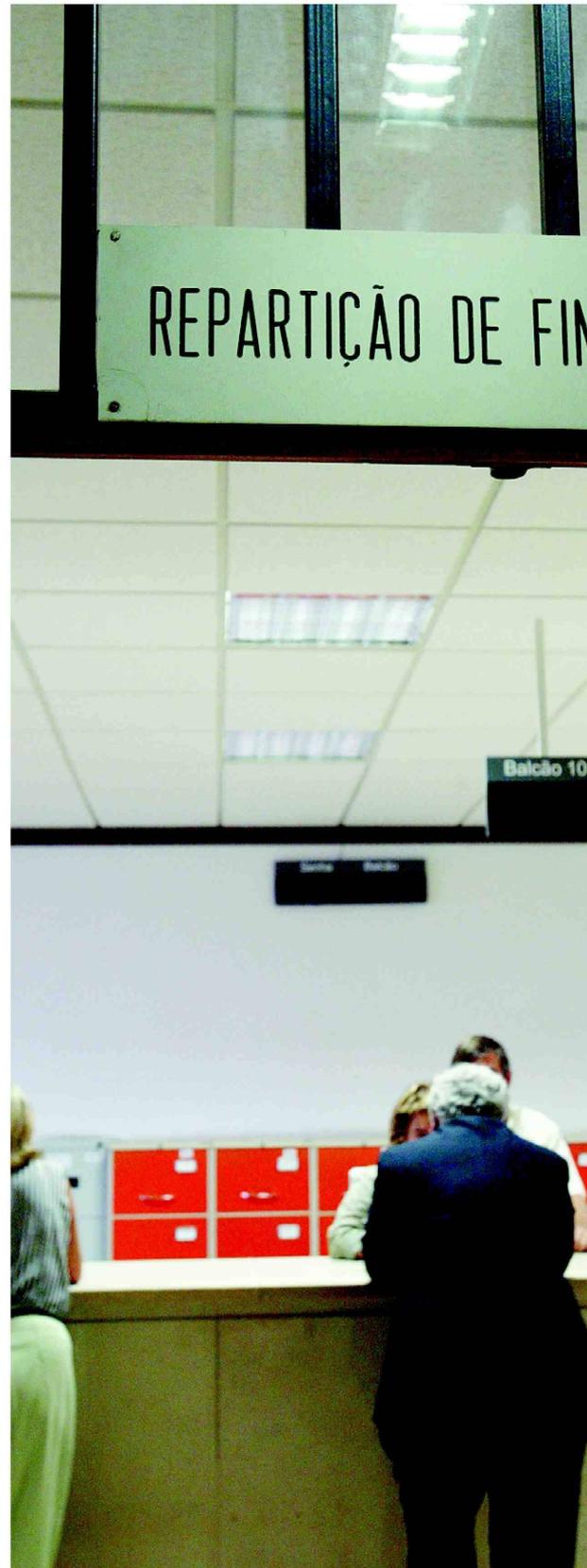
“No actual contexto, por exemplo, assiste-se a uma quebra na assessoria jurídica a operações de concentração empresarial ou no apoio ao lançamento de novos projectos. Mas, por outro lado, em compensação, aumentou consideravelmente o apoio às operações de reestruturação financeira e societária, o apoio às operações de consolidação do passivo bancário das empresas”, conclui o mesmo advogado.

[Há maior] preocupação com o controlo de custos [...] e também com honorários de advogados.

**ANTÓNIO RAIMUNDO**  
Sócio da Albuquerque e Associados

Os prestadores de serviços jurídicos, à semelhança dos empresários, terão de adaptar-se a esta nova realidade.

**TIAGO MARREIRO MOREIRA**  
Sócio da VdA



**Fisco** | Medidas fiscais do PEC tiram competitividade à economia, dizem fiscalistas.



Miguel Baltazar



## QUEM É QUEM



César Sá Esteves, sócio da Sociedade Rebelo de Sousa.



Diogo Ortigão Ramos, fiscalista, é sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira.



Henrique Nunes, fiscalista, é advogado da Albuquerque e Associados.



João Costa Quina, advogado sénior da sociedade ABBC.



Luís M.S. Oliveira, sócio da Miranda Correia Amendoeira e Associados.



Tiago Marreiros Moreira, sócio da Vieira de Almeida e associados.

# PEC vai traduzir-se em mais dificuldades de tesouraria

## Advogados receiam redução de clima de confiança

Redução no consumo, menor disponibilidade financeira para investimentos e falta de medidas que encorajem o crescimento económico, com esta conjuntura a vida para as empresas nacionais afigura-se tudo menos fácil. Dizem os advogados inquiridos pelo **Negócios** que o Programa de Estabilidade e Crescimento aprovado na semana passada pode piorar a situação.

“As medidas vão ter, naturalmente, impacto no normal desenvolvimento da actividade empresarial, porquanto importam um aumento da carga fiscal das empresas, diminuindo a respectiva disponibilidade financeira para efectuar investimento. Acresce o facto de não se vislumbrar no PEC medidas relevantes que encorajem investi-

mento e crescimento económico”, evidencia o advogado Tiago Marreiros Moreira, sócio da VdA.

Na opinião do fiscalista Diogo Ortigão Ramos, sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, as medidas aprovadas no âmbito do PEC irão também traduzir-se “num aumento das dificuldades de tesouraria das empresas” e, por outro lado, “na diminuição do clima de confiança necessário ao investimento produtivo em Portugal”. Mais, conforme adianta, haverá “naturais efeitos restritivos do consumo”, em resultado do aumento das taxas do IVA e do IRS.

Diogo Ortigão Ramos admite que não é possível ignorar a profunda situação de crise em que o País se encontra, nem rejeitar o pa-

[PEC diminuirá] confiança necessária ao investimento produtivo.

**DIOGO ORTIGÃO RAMOS**  
Cuatrecasas, Gonçalves Pereira

pel do sistema fiscal. Em todo o caso, defende que a actual crise deveria também suscitar “uma reflexão colectiva” que permitisse a “(re)estruturação do paradigma económico português, em vez da “descapitalização da nossa economia e da diminuição da sua competitividade”.